

Notícia e comentário das reformas propostas pelo Fórum Nacional

Arsenio Eduardo Corrêa

O Fórum Nacional foi criado em 1988, há 26 anos, portanto, achando-se sediado no Rio de Janeiro.. Seu principal inspirador é o conhecido economista João Paulo dos Reis Velloso. Objetiva, como o declara expressamente, promover “idéias para a modernização e desenvolvimento do país”. Dá conta desse trabalho em reuniões anuais, que se têm realizado sem interrupções. Confirma-se essa regularidade pelo fato de que, no último mês de maio do corrente ano (2014) teve lugar o XXVI Fórum Nacional. O lema desse encontro correspondeu à imagem de que o Brasil da atualidade seria “um Prometeu acorrentado pela armadilha do baixo crescimento.” A direção do Fórum Nacional tem se empenhado no sentido de divulgar o acervo de proposições, de que dispõe, da atualidade brasileira. Em consequência, registra notável patrimônio bibliográfico. Não sendo o caso de balanceá-lo em sua totalidade, vamos nos limitar a algumas de suas publicações recentes.

A PAUTA DAS REFORMAS

BRASIL: O PAÍS DAS REFORMAS, este é o título do “Caderno Fórum Nacional 16, publicação patrocinada pelo Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, Rio de Janeiro, 2014.

Neste caderno, coordenado pelo criador do Fórum, João Paulo dos Reis Velloso, acham-se apontadas as reformas que seriam imprescindíveis realizar com vistas à consecução do objetivo indicado.

Seriam estas: I – Revolução na Sociedade (para emergência da Sociedade Ativa e Moderna); II – Revolução na Política, para modernizar o Sistema de Partidos e o Congresso Nacional; III – Revolução no Governo – Visão Moderna: “Estado Inteligente” e Capacidade de Governar. No V, Reis Velloso trata da Reforma da Educação.

O Capítulo I está dividido em duas partes, sendo a primeira “Raízes Políticas Do Desenvolvimento” e a segunda, Ativa E Moderna – Para Quê?.

Tendo em vista a extensão da discussão vamos nos cingir ao Capítulo I.

Inicia conclamando os cidadãos a se tornarem efetivos em suas participações na sociedade para que com isso possam tornar o Estado efetivo, ou seja, cumpridor do que ficou deliberado pela sociedade. A nosso ver, essa proposição requereria certa qualificação tendo em vista o que consideramos seria a singular trajetória que caracteriza o Estado brasileiro.

Sendo o Estado uma criação humana, isto é, não se tratando de fato natural, em princípio, o Criador pode alterar a criatura. A singularidade de que se trata resulta da constatação da dificuldade de concretizarem-se alterações substanciais nessa velha instituição à qual parece-nos adequado o conhecido enunciado da sabedoria popular: pau que nasce torto....

A premissa do documento seria a indicação de Henry David Thoreau segundo a qual: “Nunca haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que o Estado venha a reconhecer o Indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual todo o seu Poder e Autoridade é derivado, e que o trate de forma correspondente.”.

Para dar alvite ao cidadão propõe que sejamos “Cidadãos Ativos”, para criarmos o “Estado Efetivo”. Esclarecendo o que é chamado de efetivo, cita do mesmo autor: - Um poder público capaz de garantir a Segurança e o Estado de Direito, conceber e implementar uma Estratégia eficaz para garantir um Crescimento Económico Inclusivo e que possa ser responsabilizado pelo usufruto de Direitos por parte de seus Cidadãos e garanti-los.”.

Ora, o pensamento exposto é claro e nós entendemos que o que se quer demonstrar é que se os cidadãos forem efetivos, e isso significa, participarem e não tolerarem condutas indesejáveis na política e na área social -- tais como excesso de pobreza, de desemprego, enfim desigualdades--, esse comportamento poderá gerar o que chamou de Estado efetivo, ou seja, aquele que viabilizará tal situação.

Adicionaria que o Estado não é um organismo que por si só possa gerar bons ou maus resultados; ele é reflexo da cultura existente na sociedade, e mais, cria em seu seio, uma cultura para se defender da própria sociedade e criar seus privilégios.

Nessa circunstância, o exercício da cidadania não se restringe à participação ou indignação. Devemos incluir nela a alteração ou reforma do Estado como uma constante na vida da sociedade, desmanchando periodicamente pedaços do Estado que não estejam atendendo aos reclamos dos cidadãos.

Isso quer dizer que devemos inculcar em nossa cultura que modificações são sempre benéficas se elas forem precedidas de longas discussões, com a participação da maior parte da sociedade se possível.

A título de exemplo, podemos lembrar do imposto denominado Laudêmio, que é devido, pelo proprietário em área línheira ao que se considera “área de marinha”. Essa obrigação deriva do período colonial, a fim de que o Rei de Portugal tivesse controle sobre aqueles que se tornassem proprietários, naquelas áreas por questão de segurança, uma vez que as invasões eram feitas por mar.

Há mais de século e meio temos o imposto, mesmo diante da evidência de que as invasões hoje em nada se assemelham àquelas de quando se criou essa obrigação, ora porque até os nossos dias isso não foi extinto? Porque o Estado é quem decide e não a sociedade, ele não corta sua própria carne como se diz.

Portanto tendo o Estado sua própria forma de proceder independentemente da sociedade, temos que admitir que precisamos colocar em pauta a discussão permanente da função e utilidade do Estado.

A nosso ver quando falamos em “Estados Efetivos”, temos em vista que, sem um sistema permanente de revisão dos seus procedimentos, que deveria ser feita pela sociedade, o Estado continuará agindo como se a delegação que lhe é atribuída o autorizasse a focalizar exclusivamente o que seria do seu interesse.

Na formulação da proposta que estamos considerando: “Para chegar às raízes: “Estados Efetivos e que respondem por seus atos são essenciais ao Desenvolvimento. Os Estados garantem Saúde, Educação, Água e Saneamento para todos; eles garantem a Segurança, o Estado de Direito e a Estabilidade Social e Econômica; e regulam, desenvolvem e modernizam a Economia. Não há atalhos, seja pelo Setor Privado, ou por organizações da Sociedade Civil ou por Movimentos Sociais, embora eles também desempenhem um papel crucial.”.

No caso brasileiro, para alcançar-se tal objetivo seria necessário voltarmos nossas vistas para o outro lado da moeda: como atuarmos de forma a tornar o outro lado da moeda --a sociedade civil-- apta a desempenhar o papel que lhe compete. Na terminologia do Fórum, chegamos a um sociedade Ativa e Moderna.

Na visão dos instituidores da entidade, cidadãos Ativos são capazes de se manifestar junto aos poderes constituídos a fim de que eles estabeleçam permanente diálogo entre si e com a sociedade. A manifestação também serve para monitorar os passos dos governos em todos os níveis.

Sugere que a cidadania seja exercida de forma ativa, podendo ou devendo o cidadão punir pelo voto, aqueles que não se comportem como o esperado pelos cidadãos, sejam eles Deputados ou Senadores; sugere ainda, que a cidadania deve se informar, conhecer , inclusive através da Internet, E-mail, com a criação de Redes, Organizações e Movimentos Sociais.

Fala ainda em controlar resultados com a exigência de transparência dos três poderes perante a sociedade.

Cabe ressaltar para termos condições de exercer a cidadania, com algum sucesso, precisamos antes de tudo cumprir a exigência constitucional de promover-se a formação para cidadania, princípio não atendido pelo sistema educacional brasileiro. O cidadão que queremos não existe, ou pelo menos, não existe na quantidade suficiente para colocar o Estado sob controle. O sistema eleitoral e partidário, não oferece condições de estabelecermos um equilíbrio de poder. As propostas de Reis Velloso completar-se-iam com a observância dessa exigência.

As proposta de Reis Velloso nesse encontro vai mais além do que o Capítulo I, que comentei. Vamos mencionar a seguir as demais propostas, uma vez que elas formam um todo.

O Capítulo II: Revolução na Política, para modernizar o Sistema de Partidos e o Congresso Nacional.

Reconhece Reis Velloso que “MAIOR PROBLEMA DO BRASIL É INSTITUCIONAL”, parte ele do pressuposto que as lideranças devem se aliar a Sociedade, citando que a decisão do “Ficha Limpa” é o exemplo.

Explica seu ponto de vista, dizendo: “Realisticamente o que queremos é um “bom” Sistema de Partidos (e um “bom” Congresso Nacional). Ou seja, um Sistema de Partidos que atenda razoavelmente aos requisitos básicos de constituição de Partidos, a saber: institucionalização (que implica em representatividade em relação a certa base social e autonomia, em relação a essa própria base e ao Executivo); e posicionamento em relação às arenas estratégicas de decisão (arena distributiva, re-distributiva e regulatória). Isso implica um mínimo de fidelidade partidária, por parte dos seus representantes no Congresso.”.

De forma geral não há como discordar dos aspectos citados, entretanto cabe ressaltar que precisamos discutir e formatar projetos que possam viabilizar tais objetivos. Senão vejamos: um bom sistema de partidos só será possível, com uma grande discussão sobre o processo partidário e eleitoral, a fim de contribuir com a discussão pergunto: Porque até hoje não saiu do papel a Reforma Política? , não nos esqueçamos que sua presença na pauta do Congresso Nacional ocorre há décadas.

O partido político segundo Dahl, vem a ser o órgão que capta as demandas da sociedade e dentro de seu espectro de “interesse”, afunila o debate na campanha eleitoral, a fim de obter apoio às teses e fazê-las vingar no Parlamento.

Portanto bons partidos políticos implica que venham a captar tais demandas e não criar apenas demandas, como fazem muitos deles. Só mudaremos isso com ampla discussão e nesse aspecto a contribuição de Reis Velloso é fundamental.

A representatividade reclamada pelo nosso Autor é de suma importância no desenvolvimento da Sociedade. Para tanto, o sistema eleitoral deveria contribuir de forma definitiva, adotando um modelo que, com certeza, não é o atual.

A fim de alargar o tema eleitoral, podemos dizer que o sistema proporcional brasileiro deveria ser confrontado com as experiências de outros povos. Segundo consta, a forma adotada no Brasil é única, ou seja, a nossa fórmula só foi utilizada pelo nosso sistema. Vejamos algumas diferenças importantes: a) as experiências que se conhece na América Latina (Argentina e Uruguai) adotam a Lista Fechada, isto é, o eleitor vota na lista pré-ordenada pelo Partido e não no nome. Se atentarmos para isso verificaremos que seria o início para darmos ao Partido a responsabilidade social que hoje não tem e isso contribuiria para termos o que nosso Autor chamou de “bom” Congresso.

O Autor registra que hoje temos 135 milhões de eleitores. Ao mesmo tempo que reconhece ser bom, pois dá maior amplitude à participação popular. Entende que a Sociedade Ativa precisa que haja organização e manifestação, e para se tornar

Moderna requer a constituição de um grande número de entidades sociais com espírito público. Não há que se discordar das afirmações, e elas nos obrigam a discutir essa necessidade política brasileira.

Em sequência relata que lições de falta de Ética, lições de que os fins justificam os meios, lições de que a Democracia não leva ao “bom governo”, esses fatores afastam da política as pessoas de bem. Em conclusão diz: “Por isso, a necessidade – e urgência da Reforma Política (inclusive o Sistema de Partidos e o Sistema Eleitoral)”.

Trata ainda, da modernização do sistema de partidos políticos, referindo especificamente o programa partidário --que deveria ser para valer;; estabelecimento de código de ética, além de se comprometer com o crescimento sustentado e a geração de empregos. Por fim, neste Capítulo, trata da modernização do Congresso Nacional (Câmara e Senado), que requer relações com o Executivo sem subserviência, redução das despesas correntes das duas Casas, aumento da carga de trabalho dos parlamentares, divulgação “on-line” de todos os gastos durante o mandato, compromisso com o Ajuste Fiscal de Longo Prazo, etc.

O Capítulo III, nosso Autor nos propõe refletirmos sobre “Revolução No Governo: Visão Moderna: “Estado Inteligente” E Capacidade De Governar.”

A revolução proposta serviria para se alcançar três objetivos:

“Capacidade de governar: Planejamento Estratégico, saber executar, saber controlar resultados.

Governar com estruturas mais enxutas (e mais eficientes).

Governar sem Clientelismo, e sem “aparelhamento”- conceito de “Administração Permanente” (como no Parlamentarismo).

Não há como discordar das propostas. Menciona ainda, que o Brasil esteve neste caminho e nele deve retornar.

Exemplificando como o Estado pode ser Inteligente, usa o Art. 173, da Constituição que diz:

“Art. 173 Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da Segurança Nacional ou a Relevante Interesse Coletivo, conforme definido em Lei (EC no. 19/98).”

Essa definição leva à proposta de que cabe ao Estado o papel de facilitador de coisas que possibilitem o Desenvolvimento Econômico, e, este será realizado pela Economia de Mercado. Essa é mais uma proposta para tornar o Estado “Inteligente”.

Propõe ainda, que se descentralize, para os estados, o quanto possível as atividades da União e se fiscalize os procedimentos.

O chamado “Estado Inteligente”, ainda deve constituir, na Administração Direta, um núcleo básico, mediante configurações flexíveis. Esse núcleo ficará responsável pelas atribuições fundamentais. A proposta se refere ainda às Autarquias: IPEA, BNDES, enfim, este grupo se encarregaria de preparar aquilo que o Governo venha a propor à Nação. Ressalta que o Regime Jurídico Único é incompatível com flexibilidade.

As propostas são na realidade um meio de se obter um governo mais enxuto.

Ainda no mesmo encontro e caderno 16, consta uma contribuição de Reis Velloso, agora sobre o “DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO: EDUCAÇÃO MODERNA E DE QUALIDADE.”

Esta contribuição completa o elenco de propostas e nela diz: “A geração endógena do Conhecimento se baseia, principalmente, no investimento em Capital Humano, que compreende:

- I. Educação de Qualidade – Educação Tradicional, Educação Profissional e Educação Tecnológica.
- II. Aprendizado (skills) – experiência acumulada(para toda a vida).

As propostas são pertinentes pois abrange a educação formal e o aprender fazendo, e chama atenção para o fato de que aqueles que não continuam seu aprendizado são passíveis de serem marginalizados na sociedade do Conhecimento em que vivemos.

Como Complemento(I): “Declaração De Princípios Paideia”. Neste item apresenta cinco definições que resumem a proposta:

- I. Todas as crianças são educáveis.
- II. Portanto, merecem a mesma qualidade de Educação, não apenas a mesma quantidade(duração).
- III. A qualidade da Educação a que fazem direito é aquela que os pais mais ilustrados desejam para seus próprios filhos(a melhor Educação para todos).
- IV. As três vocações para as quais a escolaridade deve preparar todos os alunos são: (a) levar uma vida decente; (b) ser um bom cidadão, na República; (c) construir uma boa vida para si mesmo.
- V. A causa básica do aprendizado verdadeiro deve ser a atividade da própria mente do aluno, funcionando o apoio do professor como uma causa secundária e cooperativa.

As definições formam o que chamamos de educação para cidadania, portanto a proposta é das mais elogiáveis e necessária.

Por terminar Reis Velloso mostra a importância do aprendizado tecnológico, uma vez que ele se torna tão importante quanto saber matemática ou a leitura. Manifesta ainda a convicção de que economias como a brasileira poderiam dar um salto qualitativo em todos os sentidos.

As propostas são uma contribuição inestimável para todos aqueles que desejam que o País tenha realmente um futuro brilhante e sua população usufrua dos seus benefícios.

Na esteira do Fórum Nacional do qual comentamos o Caderno 16, temos a publicação de livros, e que a título de informação, temos:

-- Brasil: o País das Oportunidades, de autoria de João Paulo dos Reis Velloso, nele temos a destacar a proposta na Parte I – Nova Grande Conceção: Rumo ao País Desenvolvido.

É oportuno ressaltar que o País carece de um grande projeto nacional, lembremos que depois dos anos 70, do século XX, não sabemos o que venha a ser isso no Brasil, aliás Reis Velloso participou ativamente no último plano estratégico gerado pela nação brasileira.

Outra contribuição relevante foi coordenada por Reis Velloso, com a participação de Roberto Mendonça Faria; Edson R. Leite; Élon Longo; Flavio Orlando Plentz Filho; Jacobus Willibrordus Swart; e, Patrícia Lustoza de Souza. O título é : “Estratégia de Desenvolvimento da Nanoeletrônica”.

Trata-se da apresentação do estado atual da arte com relação ao nosso estágio na área de Tecnologias do Futuro.

O Fórum Nacional publicou os trabalhos de Raul Velloso; Paulo Springer de Freitas; e, Omar Abbud, titulado de “Energia elétrica a caminho do estrangulamento”, outra contribuição de extrema relevância, tanto pela magnitude do tema, como da atualidade, não nos esqueçamos que o País carece de uma discussão séria sobre o futuro de sua Matriz Energética e de sua complementaridade.

Por fim, ressalto a publicação de “FAVELA É CIDADE”, trabalho coordenado por João Paulo dos Reis Velloso, Marília Pastuk e Ana Paula Degani, no qual é tratado da situação de três favelas da cidade do Rio de Janeiro, denominadas: Cidade de Deus; Salgueiro; Tirano; e, Formiga.

Este trabalho descreve e discute o que está ocorrendo nestas comunidades, seu desenvolvimento e suas necessidades, possibilitando a todos aqueles que se interessam pelo País em que vive, conhecer, meditar e opinar sobre o futuro que temos e como podemos influenciar no que tange a sua melhoria.

Este é de forma resumida a grande contribuição que o Fórum Nacional criado e desenvolvido por João Paulo dos Reis Velloso, vem trazendo a nós brasileiros.